

O Financiamento à Pesquisa na Bahia: a Contribuição da FAPESB

Funding for Research in Bahia: The Contribution of FAPESB

Dora Leal Rosa

Diretora Geral da FAPESB e Professora Associada da Universidade Federal da Bahia; Salvador, BA, Brasil

Fazer ciência exige para sua realização um conjunto de insumos dentre os quais se destaca o relativo aos recursos financeiros. No Brasil, o Estado tem sido tradicionalmente a principal fonte de recursos para pesquisa, sejam recursos com origem no Governo Federal, ou, mais recentemente, nos governos estaduais.

No entanto, dimensionar o volume dos recursos aplicados na atividade de pesquisa é tarefa complexa que exige cuidado na utilização da informação disponível, dadas as dificuldades em se obter dados consolidados e consistentes ainda que muito se tenha avançado com os registros estatísticos nessa área, conforme pode ser verificado em publicações do Ministério da Ciência e Tecnologia e das agências federais e estaduais de fomento. Na Bahia, destaca-se o trabalho da SEI/Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia e particularmente o da Coordenação de Informações em C&T da SECTI/Secretaria de Ciência, Tecnologia e Inovação que vem buscando desenvolver uma metodologia que permita calcular os investimentos do governo estadual em ciência e tecnologia, cujos resultados fundamentam o presente texto. Embora o foco deste trabalho seja discutir a contribuição da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado da Bahia/FAPESB no financiamento à pesquisa na Bahia, não se pode deixar de registrar as experiências que precederam a FAPESB no aporte de recursos oriundos do Tesouro do Estado para tal fim, os quais vieram se somar aos recursos alocados pelas agências federais de fomento, contribuindo dessa forma para fortalecer o sistema estadual de C&T.

O financiamento à pesquisa com recursos do Tesouro estadual tem antecedentes na experiência da FUNDEC – Fundação para o Desenvolvimento da Ciência na Bahia, criada em 1950, no Governo Otávio Mangabeira e formalmente extinta em 1974, embora desde o final da década de sessenta tivesse deixado de operar Somente em 1991, na terceira gestão do Governador Antonio Carlos Magalhães, a Bahia passou, de novo, a contar com um órgão cuja missão principal era o apoio às atividades de ciência e tecnologia no Estado, qual seja o CADCT – Centro de Apoio ao Desenvolvimento Científico e

Tecnológico que por dez anos, até a criação da FAPESB, em 2001, foi uma referência para os pesquisadores baianos, apoiando-os através de diferentes programas de fomento, que sem dúvida em muito colaboraram para a construção da base científica e tecnológica do nosso Estado (CASTILHO, 2003).

Quando o CADCT completou dez anos, sua então diretora, Cleilza Ferreira Andrade, ao comentar a trajetória e experiência desse órgão, ressaltou o seu papel no apoio “à fixação de doutores na Bahia, no intercâmbio acadêmico, na iniciação científica”, dentre outras iniciativas, e de forma pioneira “na parceria com o Governo Federal para a execução de projetos cooperativos como o Pró-Nordeste de Pesquisa, Pós-Graduação, e o Pró-Ciências, para treinamento de professores nas áreas de matemática e ciências, o RECOPE – Redes Cooperativas de Pesquisa e o SEICT – Sistema de Informações em C&T, com a FINEP e IBICT/MCT” (ANDRADE, 2001).

Nos dez anos do CADCT cabe ainda destacar sua ação indutora de competências em diferentes áreas de conhecimento como a da energia, do design, dentre outras, que certamente contribuíram para o desenvolvimento da Bahia, além da parceria com o SENAI, de caráter inovador, através do Projeto NIMATECH – Núcleo de Tecnologias em Integração da Manufatura, cujo principal objetivo foi apoiar os trabalhos destinados à promoção de pessoal qualificado e especializado, além do desenvolvimento de projetos voltados para as tecnologias computacionais integradas à manufatura. Com esta iniciativa o Estado buscava contribuir para o fortalecimento das indústrias metalúrgicas, mecânicas e outros segmentos industriais. O Núcleo progrediu e se transformou no CIMATEC – Centro Integrado de Manufatura e Tecnologia, que continua recebendo o apoio da FAPESB, dentro dos seus diversos Programas.

É nesse contexto, de expansão e consolidação da área de C&T do Estado e de atendimento à pressão da comunidade acadêmica, que, em 2001, por ato do Governador Paulo Souto, a FAPESB é criada com um orçamento fixado em 1,0% da receita tributária líquida do Estado, garantindo dessa forma um fluxo regular de recursos para a atividade de fomento.

Em 27 de agosto de 2007, a FAPESB completou seis anos do ato de sua criação e implantação; é, assim, um órgão jovem, embora tenha se constituído a partir da experiência do CADCT; no entanto já podemos observar o seu desempenho e seus resultados para a área de C&T.

Através da análise de dados elaborados pelo MCT, relativos ao período 2000/2003, podemos verificar a crescente participação do governo da Bahia nos dispêndios em ciência

Recebido em 20/12/2007

Aceito em 25/01/2008

Endereço para correspondência: Dra. Dora Leal Rosa, Universidade Federal da Bahia, Faculdade de Educação, Departamento de Educação I. Av. Reitor Miguel Calmon s/n Vale do Canela, Canela, 40000-000. Salvador, BA, Brasil. Endereço eletrônico: doralr@ufba.br.

Gazeta Médica da Bahia

2008;78 (Suplemento 1):110-113.

© 2008 Gazeta Médica da Bahia. Todos os direitos reservados.

e tecnologia, observando-se o aumento dessa participação a partir de 2002, na qual certamente inclui-se a contribuição da FAPESB, pois é partir deste ano que a Fundação passa a dispor de orçamento próprio e a contribuir para o fomento de atividades de C&T e P&D. Quando comparado aos recursos aportados pelo Governo Federal percebe-se que o maior volume vindo dessa esfera destina-se ao ensino superior. Conclui-se que, na Bahia, o Tesouro do Estado investe mais no fomento à pesquisa que o Governo Federal. Estes dados são apresentados na Tabela 1.

Dados levantados no ICF/Sistema de Informações Gerenciais Contábeis e Financeiras do Estado da Bahia permitem ampliar a série histórica construída pelo MCT de modo a perceber-se o volume de recursos aportados pelo governo estadual para esta atividade, apresentado-se tais dados, por modalidade, na Tabela 2.

Os dados da Tabela 2 indicam que mais de 70% dos recursos despendidos pelo governo estadual com C&T são destinados a atividades de P&D e quase 30,0% com Atividades científicas e técnicas correlatas. Estes mesmos dados indicam que entre 2000 e 2006, o orçamento do Estado da Bahia para C&T quase triplicou, passando de R\$72.373.000,00 (setenta e dois milhões, trezentos e setenta e três mil reais) para R\$214.531.000,00 (duzentos e quatorze milhões, quinhentos e trinta e um mil reais), variando, ao longo do período, em torno de 1,0% a 1,4% da receita total do Estado (Tabela 3).

Cabe então verificar através de que órgãos do governo do estado esse volume de recursos é aplicado nas atividades de C&T. Segundo Cavalcante e Aquino (2005) as instituições consideradas típicas de C&T são “aquelas que realizam

atividades de C&T de modo permanente e organizado e as têm como atividade fim e objeto da aplicação da maior parte de seus recursos” (op. cit. P.787). No âmbito do Governo da Bahia, os autores mencionados consideraram como instituições típicas de C&T a Secretaria de Ciência, Tecnologia e Inovação/SECTI, a FAPESB, as universidades públicas estaduais (UNEB, UESC, UESB, UEFS), a Empresa Baiana de Desenvolvimento Agrícola (EBDA), Bahia Pesca, Companhia Baiana de Pesquisa Mineral (CBPM), Instituto Baiano de Metrologia e Qualidade (IBAMETRO) e a Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais (SEI).

Analisando a composição setorial e institucional dos investimentos do Governo do Estado da Bahia em C&T em 2004, Cavalcante e Aquino verificaram que “a EBDA concentrou a maior parcela de participação (41%), a Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado da Bahia (FAPESB) respondeu por 16%, tendo apresentado, ao longo do período 2001-2004, uma forte tendência ascendente, o que explica inclusive, a trajetória ascendente dos investimentos em P&D” (op. cit. p.791). Na Figura 1, abaixo, são apresentados os dados construídos por Cavalcante e Aquino sobre essa questão.

Se o orçamento alocado à FAPESB integra o cálculo dos investimentos do governo estadual em C&T com o das demais instituições consideradas típicas de C&T conforme o conceito definido por Cavalcante e Aquino, a aplicação desses recursos distingue a Fundação das demais instituições, pois, dentre elas, é a que tem por missão o fomento à pesquisa. Assim, o orçamento da FAPESB, excluindo-se a parcela destinada ao seu custeio é destinado ao financiamento à pesquisa e outras atividades que lhe são correlatas ou que estão com ela

Tabela 1. Bahia - Dispendios em ciência e tecnologia e pesquisa e desenvolvimento do estado 2000-2003.

(em mil R\$ correntes)

Esfera de governo	Ciência e Tecnologia				Pesquisa e Desenvolvimento			
	2000	2001	2002	2003	2000	2001	2002	2003
Governo Federal (1)	52.696	62.485	72.320	83.452	32.291	37.978	49.225	53.566
Tesouro	20.405	24.507	23.095	29.886	-	-	-	-
Ensino superior	32.291	37.978	49.225	53.566	32.291	37.978	49.225	53.566
Governo Estadual	73.892	92.221	115.660	138.585	45.566	63.491	87.196	105.727
Tesouro	72.373	88.689	110.859	130.647	44.047	59.959	82.395	97.789
Ensino superior	1.519	3.532	4.801	7.938	1.519	3.532	4.801	7.938
Sector Empresarial	74.433	95.443	114.091	133.193	50.528	58.578	64.267	71.009
Empresas	73.807	91.597	109.387	127.178	49.902	54.732	59.563	64.994
Ensino superior	626	3.846	4.704	6.015	626	3.846	4.704	6.015

Fonte: Balanço Geral do Estado, Sistema de Avaliação dos Programas de Pós-Graduação da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes) e Sinopse Estatística do Ensino Superior do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (Inep), ambos do Ministério da Educação (MEC), Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal (Siafi), extração especial realizada pelo Serviço Federal de Processamento de Dados (Serpro).

Elaboração: Coordenação-Geral de Indicadores - Ministério da Ciência e Tecnologia.

Nota: (1) Corresponde aos dispendios do Ministério da Ciência e Tecnologia.

Tabela 2. Bahia - Recursos do governo do estado aplicados em ciência e tecnologia (C&T), por modalidade (não inclui recursos de ensino superior) 2000-2006.

(em mil R\$ correntes)

Ano	Valor total	Pesquisa e desenvolvimento		Atividades científicas e técnicas correlatas	
		Valor	%	Valor	%
2000	72.373	44.047	60,9	28.326	39,1
2001	88.689	59.959	67,6	28.730	32,4
2002	110.860	82.395	74,3	28.465	25,7
2003	130.647	97.789	74,8	32.858	25,2
2004*	161.402	124.351	77,0	37.050	23,0
2005*	200.411	148.848	74,2	51.562	25,8
2006*	214.531	156.062	72,7	58.469	27,3

Fonte: Balanço Geral do Estado.

Elaboração: Coordenação-Geral de Indicadores - Ministério da Ciência e Tecnologia.

* Dados levantados no ICF/Sistema de Informações Gerenciais Contábeis e Financeiras do Estado da Bahia.

Tabela 3. Bahia - Participação percentual dos recursos aplicados em ciência e tecnologia (C&T) em relação à receita total do estado (não inclui recursos de ensino superior) 2000-2003.

(em mil R\$ correntes)

Ano	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006
Recursos aplicados	72.373	88.689	110.859	130.647	161.402	200.411	214.531
Receita total	6.419.709	8.319.985	9.868.801	10.913.916	13.048.649	14.446.993	15.946.448
Participação (%)	1,13	1,07	1,12	1,2	1,2	1,4	1,3

Fonte: Balanço Geral do Estado.

Elaboração: Coordenação-Geral de Indicadores - Ministério da Ciência e Tecnologia.

Tabela 4. Execução Financeira FAPESB 2003-2006.

Fontes/ano	2003	2004	2005	2006
Tesouro	R\$	R\$	R\$	R\$
00	4.665.505,57	11.545.283,98	20.110.770,34	20.451.884,26
01	780.428,03	3.670.092,90	1.483.730,06	4.115.123,70
Total	5.445.933,60	15.215.376,88	21.594.500,40	24.567.007,96

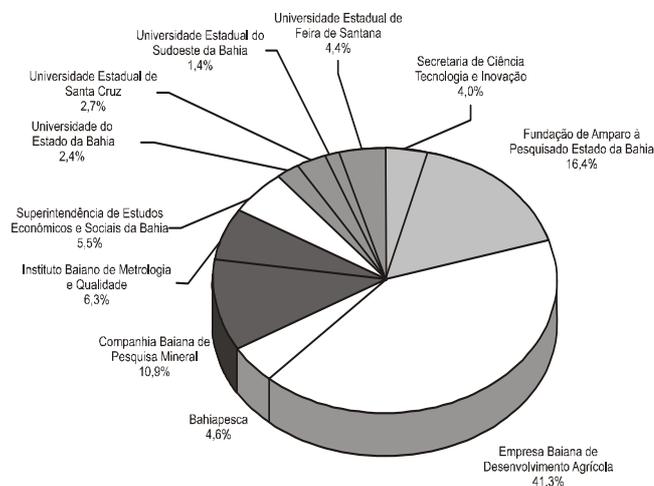
Fonte: Governo do Estado da Bahia. SEPLAN/SPO.

fortemente imbricadas, como o apoio à formação de recursos humanos em cursos de pós graduação, o financiamento de infra-estrutura para pesquisa, apoio técnico para pesquisa, dentre outros.

O orçamento de fomento da FAPESB pode ser melhor avaliado se comparado, por exemplo, ao do CNPq, que é, dentre as agências federais de fomento, a que tem o espectro mais amplo no apoio à atividade de pesquisa.

Em 2006, o CNPq aplicou na Bahia cerca de R\$8.500.000,00 (oito milhões e quinhentos mil reais) em diferentes modalidades de apoio, destacando-se, dentre elas, o apoio aos núcleos de excelência que receberam R\$1.699.000,00 (um milhão, seiscentos e noventa e nove mil reais) e o auxílio à pesquisa, para o qual foi alocado o valor de R\$6.437.000,00 (seis milhões,

Figura 1. Investimento em C&T, composição setorial / institucional, 2004.



Fonte: SECTI/Coord. de informações em C, T&I.

quatrocentos e trinta e sete mil reais). Neste mesmo período, a FAPESB aplicou, com recursos do Tesouro do Estado, R\$24.567.000,00 (vinte e quatro milhões, quinhentos e sessenta mil reais) no fomento à pesquisa e demais programas institucionais. A tabela abaixo apresenta a execução financeira da FAPESB entre os anos de 2003-2006.

Em 2007, a FAPESB aplicou em atividades de fomento, considerando todos os programas e modalidades de apoio, cerca de R\$36.000.000,00 (trinta e seis milhões de reais) 60,0% dos quais vinculados ao Programa de Bolsas e 15,0% para apoio à pesquisa.

No ano de 2008, de um orçamento novamente estimado em R\$36.000.000,00 (trinta e seis milhões de reais) a FAPESB deverá aplicar no financiamento à pesquisa (projetos de

pesquisa), R\$8.000.000,00 (oito milhões de reais) o equivale a cerca de 22,0% do seu orçamento de fomento tendo clareza de que a demanda será certamente maior do que o volume de recursos alocados para tal fim.

Em que pese a tendência ascendente nos investimentos do Governo do Estado em C&T é preciso registrar que esses recursos são insuficientes face a demanda que chega à FAPSEB para a atividade de pesquisa e outras modalidades de apoio. É preciso ter em conta que a ampliação e qualificação da comunidade acadêmica do Estado - dados da CAPES relativos ao ano de 2006 registram uma população de 1.327 doutores integrando programas de pós-graduação quando, em 1996, segundo tais dados, o total de docentes doutores nesses programas era de apenas 365 todos eles integrando o corpo docente da pós-graduação da UFBA. A esse propósito cabe mencionar uma situação que explicita a questão da insuficiência de recursos qual seja o encaminhamento pela comunidade acadêmica de 479 propostas de pesquisa, demandando recursos em torno de R\$17.000.000,00 (dezessete milhões de reais) em resposta ao edital de pesquisa cujo valor estabelecido era de R\$2.000.000,00 (dois milhões de reais). Vê-se desse modo que o orçamento da FAPSEB, fixado em 1,0% da receita tributária líquida do Estado é claramente insuficiente para atender a demanda que lhe é apresentada. Considerando tais limitações orçamentárias

para financiar diretamente a atividade de pesquisa, a FAPSEB tem buscado outros meios de viabilizar recursos para C&T no Estado, fazendo a mediação entre grupos de pesquisa e outros agentes de fomento, o que tem permitido ampliar a captação para este fim.

A guisa de conclusão, enfatizamos o papel da FAPESB, agência de fomento do Estado da Bahia, contribuindo para o desenvolvimento da pesquisa no nosso Estado e, por essa via, para a construção de uma sociedade plural e inclusiva.

Agradecimentos

A autora agradece a colaboração das Assessoras Lys Vinhaes e Ana Oliveira na coleta de dados para este artigo.

Referências

1. ANDRADE, C.F. Memória, trajetória, consolidação. In CADCT 10 Anos. Publicação comemorativa dos dez anos de atividade da Superintendência de Apoio ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CADCT. Salvador – Bahia. Julho de 2001.
2. CASTILHO, C.M.C de. Fundação de Amparo à Pesquisa da Bahia (FAPESB): um depoimento. *Jornal da Ciência*, 22 de agosto de 2003.
3. CAVALCANTE, L.R.M.T; AQUINO, M.C. Investimentos do governo do estado da Bahia em ciência e tecnologia: metodologia de cálculo e análise preliminar dos resultados 200-2004. In *Bahia. Análise & Dados*, Salvador, v.14, n.4, p.783-792, mar. 2005.